



BOLETIM INFORMATIVO REGIONAL DE OURO PRETO DO OESTE 2025

Vigilância Socioassistencial
Porto Velho - 2025



**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

FABIANE APARECIDA PASSARINI

Coordenadora Estadual de Assistência Social

NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Gerente da Gestão do SUAS

Equipe da GSUAS

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

Equipe de elaboração

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Proteção Social Básica (PSB).....	7
2.1 Estrutura Física.....	8
2.2. Recursos Humanos.....	9
2.3 Serviços.....	10
2.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	10
2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	12
2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	13
3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....	15
3.1 Serviços.....	16
3.3.1. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	16
3.3.2. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).....	17
4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....	18
4.1 Estrutura Física.....	18
4.2 Recursos Humanos.....	20
4.3 Serviços de Acolhimento Institucional.....	21
4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	22
4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....	23
4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....	24
4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....	24
5. Considerações finais.....	24

1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva territorializada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de Ouro Preto, que

compreende os municípios de: Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Vale do Paraíso e Nova União.

De acordo com o Censo Demográfico 56.958 pessoas residem nos municípios desta regional (IBGE, 2022). Neste ano de referência haviam cerca de 32.871 pessoas inscritas no CadÚnico, o que corresponde aproximadamente a 58% da população regional.

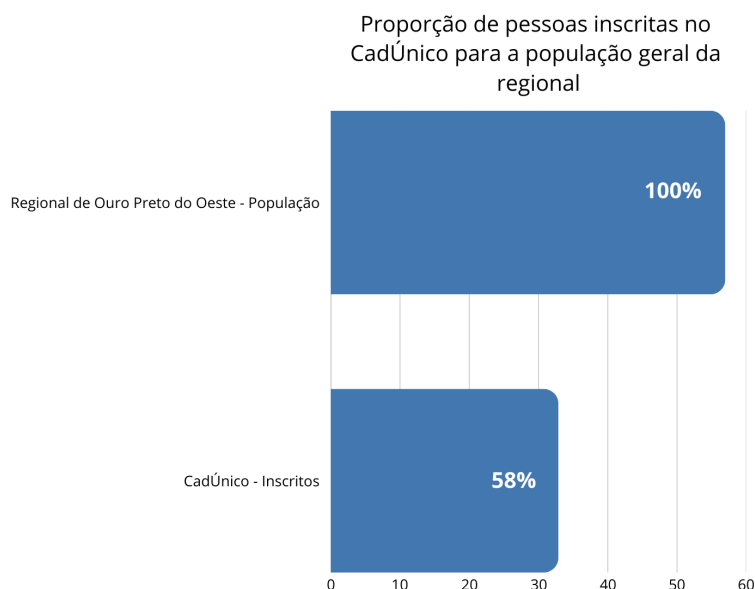


Gráfico 1

Fonte: Censo IBGE (2022) e CECAD (2022)

Na última referência (nov. 2025) a população de usuários inscritas na regional é de 31.727 pessoas, destas cerca de 30,7% estavam em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), 32,4% em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e aproximadamente 36,9% acima de meio salário mínimo, ou seja, o dados do CadÚnico indicam que cerca de 62% da população inscrita na regional encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que corresponde cerca de 20.023 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

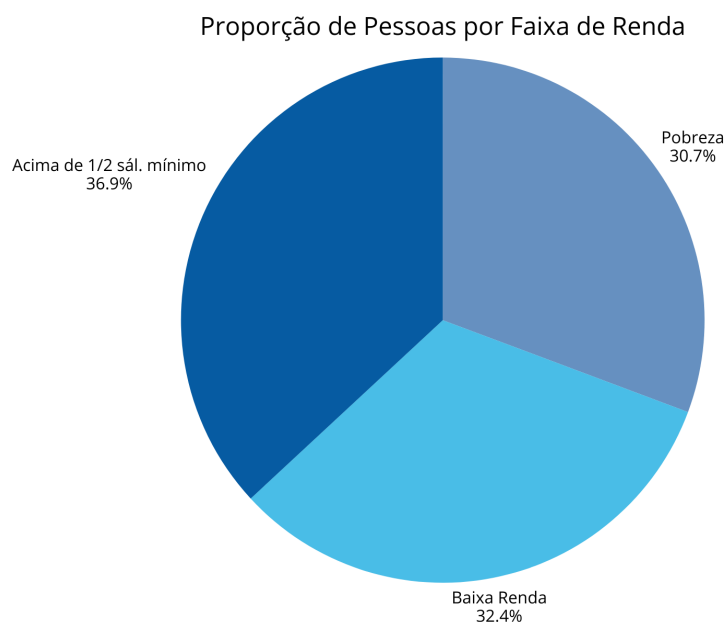


Gráfico 2

Fonte: CECAD (2025)

Entretanto, deve-se levar em consideração que melhorias na cobertura do CadÚnico podem evidenciar outras famílias em vulnerabilidade que não foram alcançadas pela política pública de assistência social. Os últimos dados disponíveis no CadÚnico (nov/2025) apontam que só as pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (pobreza + baixa renda) distribuídas em 7.193 famílias, média geral de 2,7 pessoas por família. Em relação à oferta na proteção social básica a região conta com dois Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) destes:

- 1 CRAS de pequeno porte II capaz de referenciar até 3.500 famílias;
- 3 CRAS de pequeno porte I capaz de referenciar até 2.500 famílias;

Desta forma, a rede da região é capaz de atender a demanda potencial de 11.000 famílias, capacidade superior ao público em vulnerabilidade socioeconômica que atualmente encontra-se qualificada na base de dados do CadÚnico. Estes dados indicam que a capacidade potencial máxima da regional ainda não foi completamente atingida. Deste modo, portanto, não deve-se perder de vista as especificidades de cada território municipal e próprias do fator amazônico capaz de pressionar a oferta da rede e exigir maiores investimentos em sua infraestrutura e recursos humanos.

Nesse sentido, deve-se observar que o território apresenta elevada complexidade, marcada por uma combinação de vulnerabilidades sociais, grande extensão geográfica e diversidade socioterritorial específicas dos fatores

amazônicos e a área de grande extensão impõe desafios significativos à gestão e à oferta de políticas públicas.

Distribuídas nesta extensão territorial encontram-se complexidades inerentes ao contexto amazônico, como a presença de terra indígena (Ex. T.I. Uru-Eu-Wau-Wau), distritos e diversas áreas rurais com famílias de agricultores familiares, assentados e vivendo distribuídas por todo território regional.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persistem o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

2. Proteção Social Básica (PSB)

A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

2.1 Estrutura Física

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS. Na Regional de Ouro Preto, o monitoramento evidenciou que todos os CRAS monitorados foram classificados como regulares, mantendo padrões mínimos de qualidade em todas as unidades do território.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** A maioria das unidades dispõe de salas de atendimento com capacidades adequadas para grupos pequenos e médios, além de possuir copa e banheiros com algum nível de acessibilidade, o que demonstra uma estrutura mínima funcional para atendimento contínuo. A existência de materiais informativos, murais e algum grau de identificação territorial — ainda que em construção em algumas unidades — indica preocupação com a comunicação institucional e a orientação ao usuário. Veículos próprios também reforçam a capacidade de mobilidade para ações externas, ampliando o alcance territorial do trabalho socioassistencial.

Além disso, observa-se que algumas unidades dispõem de estrutura administrativa equipada (computador, internet, impressora, telefone), o que garante melhores condições para registros, monitoramento e organização interna. A presença de acessibilidade total ou parcial demonstra que ao menos parte das unidades está alinhada com a garantia de acesso de pessoas com deficiência, ainda que com avanços necessários.

- **Pontos Fracos:** A ausência de recepção em algumas unidades e a inexistência de salas específicas (como sala administrativa, psicossocial ou reuniões) revelam uma fragilidade organizacional importante, que impacta diretamente o fluxo de atendimento e o sigilo profissional. A acessibilidade ainda é insuficiente em vários espaços e, em alguns casos, banheiros e áreas comuns não atendem plenamente às normas de acessibilidade, reduzindo a universalidade do acesso.

Outro ponto crítico é a estrutura física precária de algumas unidades, como infiltrações, telhados danificados e áreas abertas que impedem o funcionamento em dias de chuva. A falta de mapa territorial em algumas unidades prejudica o planejamento da atuação territorializada e o acompanhamento de famílias. O fato de a recepção não ter computador, ou de inexistir recepção, também fragiliza o acolhimento e a organização de fluxos internos. A estrutura insuficiente para armazenamento e ausência de almoxarifado em algumas unidades demonstram lacunas importantes na gestão de insumos e materiais.

O conjunto de evidências mostra uma rede que possui elementos estruturais mínimos, mas que apresenta disparidades significativas entre unidades. Embora exista um esforço em garantir salas de atendimento, materiais informativos e alguma acessibilidade, persistem fragilidades como ausência de ambientes adequados, registros manuais, deficiência de recepção estruturada e problemas de infraestrutura física. O quadro demonstra necessidade de qualificação estrutural para assegurar condições dignas de trabalho, privacidade nos atendimentos e organização administrativa coerente com a tipificação dos serviços.

2.2. Recursos Humanos

O segundo eixo corresponde aos recursos humanos que foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação aos recursos humanos como: 66,7% suficiente e 33,3% regular.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

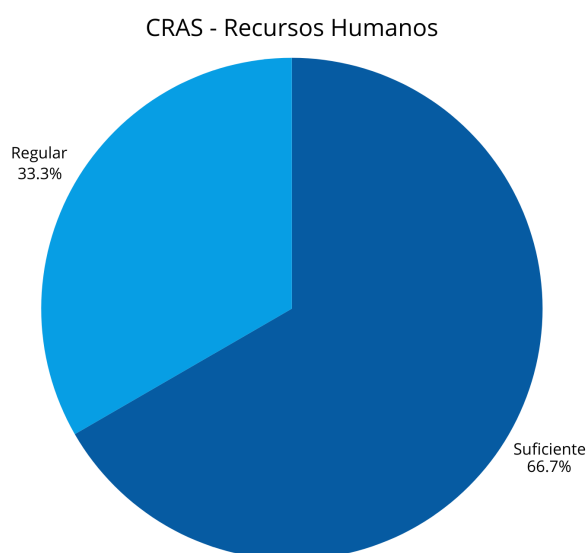


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em parte das unidades, o quantitativo da equipe de referência está adequado à NOB/RH, contemplando coordenação de nível superior, assistente social, psicóloga e orientadores sociais, o que permite execução adequada das funções técnicas e das ações do PAIF e SCFV. Mesmo nas unidades com limitações, observa-se presença de profissionais essenciais ao trabalho social com famílias, bem como funções de apoio,

como recepcionistas ou oficinairos nos equipamentos de convivência. Em alguns casos, há organização proporcional ao porte municipal, demonstrando alinhamento à normativa federal e capacidade de manutenção mínima da equipe.

- **Pontos Fracos:** Há unidades que não possuem equipe de referência completa, com ausência de orientadores sociais, o que compromete continuidade do atendimento e execução dos serviços. Em equipamentos de convivência, a coordenação sem nível superior revela descompasso com as exigências normativas e fragiliza o planejamento técnico e a gestão do serviço. A falta de equipe administrativa em alguns equipamentos sobrecarrega técnicos, desviando-os de suas funções essenciais.

Também se observa ausência de recepcionista em algumas unidades, prejudicando acolhimento, organização do fluxo e registro diário de atendimentos. A insuficiência de orientadores sociais, especialmente onde o SCFV, indica que parte das oficinas e grupos é realizada sem o respaldo técnico necessário ou a custo de sobrecarga da equipe técnica, comprometendo a qualidade e a intencionalidade pedagógica das ações.

O cenário revela uma rede com equipes parcialmente estruturadas, mas marcada por inconsistências relevantes que afetam a continuidade, qualidade e planejamento das ações socioassistenciais. A adequação da equipe de referência em algumas unidades demonstra capacidade de manutenção organizacional; porém, a ausência de profissionais essenciais, coordenação sem formação adequada e falta de apoio administrativo reduzem a eficiência dos serviços. A qualificação das equipes permanece como eixo crítico para garantir a execução plena dos serviços tipificados e a proteção social básica.

2.3 Serviços

2.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado obrigatoriamente nos CRAS. Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de Ouro Preto, os dados de monitoramento apontam que os serviços foram classificados como: 25% suficiente e 75% superior.

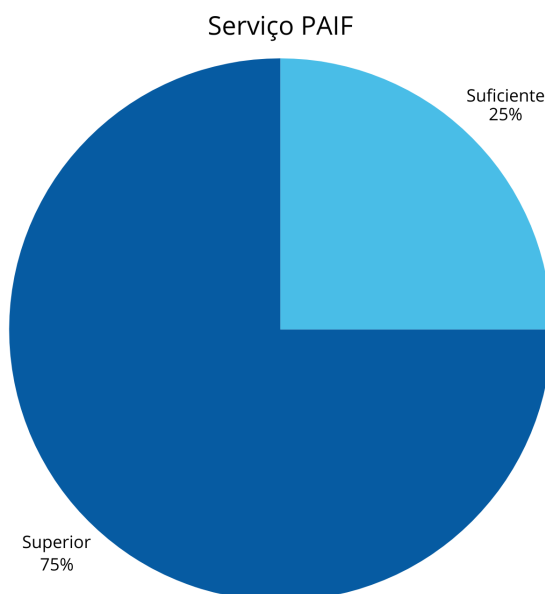


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há unidades que demonstram esforço para registrar atendimentos, ainda que por meios manuais ou não padronizados, o que evidencia alguma organização no fluxo de entradas e demandas. Observa-se também a dedicação das equipes em realizar atendimentos individuais, mesmo sem a execução regular de acolhidas grupais ou oficinas, garantindo pelo menos uma porta de entrada para escuta e encaminhamento das famílias. A presença de materiais informativos e murais também favorece a circulação de informações, ampliando a visibilidade das ações e fortalecendo o vínculo com a comunidade, ainda que parcialmente. Em alguns casos, há mobilização interna para estruturar instrumentos ainda não implementados, como o mapa de abrangência, o que demonstra intenção de aprimorar o trabalho territorial.
- **Pontos Fracos:** O PAIF apresenta fragilidades contundentes: a ausência de prontuário eletrônico, acolhidas estruturadas, grupos, oficinas e campanhas interrompe sua lógica metodológica e descaracteriza seu papel como serviço central da proteção social básica. Os encaminhamentos não ocorrem de forma integrada ou acompanhada, o que prejudica a contrarreferência e impede o monitoramento continuado das famílias. A articulação com políticas de primeira infância, qualificação profissional, trabalho e renda aparece como insuficiente, indicando baixa integração intersetorial. A não execução de grupos e palestras, a inexistência de busca ativa sistemática e a falta de planejamento do PAF limitam o alcance do serviço e impedem que ele funcione como espaço de fortalecimento da função protetiva das famílias.

Apesar da classificação, os dados indicam que o PAIF, na maior parte das unidades, realiza em maior medida atendimentos individualizados não sistemáticos, o que compromete a intencionalidade e sua identidade metodológica do serviço. A falta de ferramentas de registro e planejamento, a descontinuidade de ações coletivas e a baixa articulação com a rede de proteção demonstram uma execução fragilizada. Embora existam esforços pontuais, o conjunto aponta para um serviço operando aquém das orientações técnicas, com impacto direto na capacidade de prevenção, acompanhamento e fortalecimento das famílias.

2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de Ouro Preto, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que o serviço está classificado como irregular em todos municípios da regional, o que demonstra a ausência de condições mínimas para o pleno funcionamento e a execução adequada das ações previstas no escopo do PSB/DPcDI.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** As unidades realizam atendimentos pontuais no domicílio quando há necessidade emergencial, aproveitando a estrutura e a equipe do PAIF para responder a demandas específicas. Essa prática, ainda que não estruturada, garante que famílias com pessoas idosas ou com deficiência não fiquem totalmente descobertas, mostrando sensibilidade da equipe para situações de maior vulnerabilidade. Há indícios de disposição para atender casos quando identificados ou notificados, o que demonstra um mínimo grau de proteção.
- **Pontos Fracos:** Não há equipe técnica exclusiva, não existe planejamento específico e o serviço não é executado conforme sua tipificação. A incorporação das demandas ao PAIF, sem metodologia própria, descaracteriza o serviço e impede acompanhamento continuado de pessoas com limitações funcionais, dependência e fragilidade social. A ausência de visitas regulares, ausência de planilhas ou prontuários específicos, falta de articulação com saúde e políticas de cuidado e inexistência de rotinas de

atendimento domiciliar denotam uma profunda lacuna na execução do serviço. A depender do município, o atendimento se torna reativo e não preventivo, deixando de cumprir sua função de proteção no território.

Na Regional de Ouro Preto, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio funciona apenas como extensão informal do PAIF, sem metodologia, periodicidade ou estrutura própria, o que revela uma execução mínima e não tipificada. A ausência de equipe exclusiva e de planejamento impede que o serviço cumpra seu papel estratégico junto a pessoas idosas e com deficiência, público que necessita de acompanhamento contínuo, visitas regulares e ações intersetoriais. O conjunto evidencia que esse serviço é um dos mais fragilizados dentro da proteção social básica analisada.

2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de Ouro Preto, o monitoramento apontou que o serviço foi classificado: 25% como insuficiente e 75% como superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

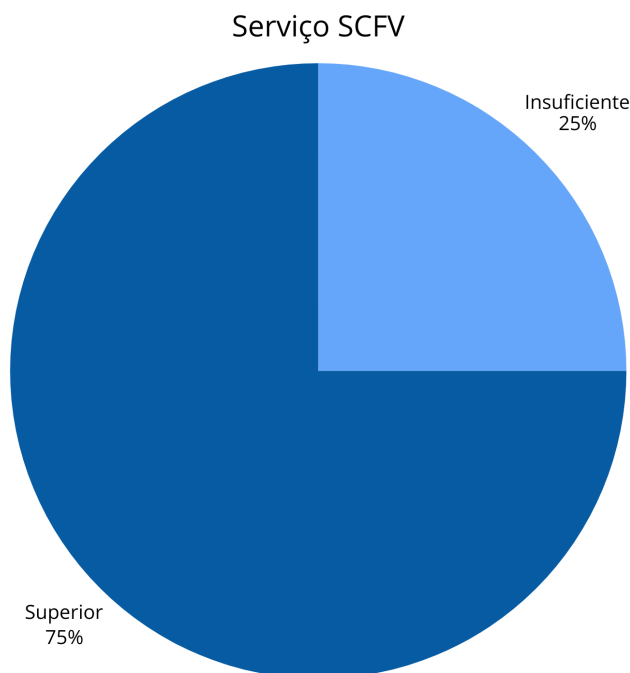


Gráfico 4

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em algumas unidades há grupos de crianças, adolescentes e idosos funcionando, o que demonstra adesão comunitária e mobilização das equipes locais. Em alguns casos, há diversidade de faixas etárias atendidas e, embora de forma limitada, há alguma regularidade nos encontros, principalmente com idosos. A existência de oficinas e espaços amplos contribui para que atividades recreativas e culturais sejam realizadas, ainda que não alinhadas ao escopo técnico do SCFV. A proximidade territorial entre CRAS e centros de convivência facilita a articulação e o acesso da comunidade às atividades.
- **Pontos Fracos:** O SCFV apresenta fragilidades significativas em parte dos municípios: não há acompanhamento efetivo do técnico de referência, não existem visitas domiciliares, não há reuniões com famílias, e os planejamentos não são coletivos nem seguem as orientações técnicas. As atividades realizadas não caracterizam o serviço, por ausência de intencionalidade, metodologias específicas e monitoramento socioassistencial. Faltam grupos heterogêneos e convivência intergeracional, e há pouca capacidade de identificar violações de direitos ou agir preventivamente. A busca ativa é prejudicada pela sobrecarga das equipes, e algumas unidades funcionam menos do que as horas recomendadas, reduzindo a oferta. A articulação com a vigilância socioassistencial é insuficiente, dificultando o acompanhamento de usuários com maior vulnerabilidade social.

O SCFV em parte do território aparece como um serviço descaracterizado, centrado em atividades recreativas pontuais, sem planejamento, sem supervisão técnica e sem alinhamento às orientações da Tipificação Nacional. A ausência de acompanhamento sistemático, baixa integração com o CRAS e fragilidade da vigilância socioassistencial impedem que o serviço cumpra seu papel de prevenção, fortalecimento de vínculos e promoção da convivência comunitária. Apesar da existência de grupos e da presença de usuários, o conjunto das informações revela um SCFV operando de forma desconectada dos objetivos centrais da política de assistência social.

Em síntese, o SCFV na Regional de Ouro Preto apresenta potencial de fortalecimento, especialmente diante das boas práticas observadas, mas ainda enfrenta desafios para consolidar uma oferta contínua, articulada e planejada na rede pública.

3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.

A Regional de Ouro Preto não conta com unidades de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os serviços da proteção social especial de média complexidade contam com oferta limitada, com execução realizada por equipes da proteção especial vinculadas ao órgão gestor ou equipe técnica do CREAS.

3.1 Serviços

3.3.1. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à

Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a responsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de Ouro Preto, os dados do monitoramento indicaram que o equipamento de referência foi classificado como superior, refletindo um cenário de boa execução do serviço no território da regional.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em alguns municípios o serviço é executado diretamente pela equipe técnica vinculada ao órgão gestor, o que favorece maior articulação institucional e padronização dos procedimentos. Há indicativo de que as equipes estão iniciando processos de aprimoramento, como a intenção de ofertar atendimentos em grupo para adolescentes, reconhecendo a importância de estratégias que promovam socialização e pertencimento. Observa-se também disposição para alinhar o serviço às normativas, com ênfase em encaminhamentos, referência e contrarreferência e das políticas intersetoriais, como de qualificação profissional, demonstrando compreensão necessária ao trabalho socioeducativo. Em algumas unidades, a execução recente do serviço aparece como oportunidade de reorganização e estruturação metodológica.
- **Pontos Fracos:** Há fragilidade no território de articulação com a rede intersetorial, o que impacta diretamente a oferta de vagas para Prestação de Serviços à Comunidade, resultando em adolescentes realizando atividades apenas no próprio CRAS. A implementação ainda incipiente dificulta a consolidação de fluxos de referência e contrarreferência, bem como o encaminhamento sistemático para cursos profissionalizantes e inserção profissional. A ausência de articulação com instituições públicas e comunitárias limita o caráter socioeducativo da PSC e restringe o desenvolvimento de competências sociais e comunitárias nos adolescentes.

O serviço encontra-se em processo de consolidação e estruturação, apresentando avanços na compreensão das normativas e na intenção de ampliar estratégias de atendimento. Contudo, enfrenta desafios importantes relacionados à articulação intersetorial, cumprimento de carga horária, organização de grupos e operacionalização da PSC fora dos equipamentos da assistência social. O conjunto das evidências mostra uma execução com potencial, mas ainda marcada por limitações estruturais e institucionais que afetam a plena realização da medida socioeducativa em meio aberto. De forma geral, o serviço de MSE na regional de Ouro Preto demonstra potencial de aprimoramento, especialmente por já apresentar

experiências exitosas em parte dos municípios. O fortalecimento dessas ações contribuirá para a efetividade das medidas socioeducativas e para o cumprimento do papel protetivo e socioeducativo do serviço, ampliando as oportunidades de ressocialização e reinserção social dos adolescentes acompanhados.

3.3.2. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PCDIF) tem como finalidade prevenir a violação de direitos, reduzir situações de isolamento e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desse público. Ele integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado no âmbito dos CREAS (ou equipes vinculadas ao órgão gestor) e em equipamentos específicos como o Centro-Dia e Similares. O serviço busca oferecer apoio e acompanhamento especializado às pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade, bem como a suas famílias, garantindo o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Na regional de Ouro Preto, o monitoramento identificou que a oferta encontra-se irregular em todos os municípios.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em alguns territórios o serviço é executado por unidade especializada (Centro Dia), que mantém atividades diárias para pessoas com deficiência, com presença contínua dos usuários. A frequência elevada indica boa aceitação comunitária e uma rotina que oferece estímulos, convivência e cuidados cotidianos. O espaço físico mostra-se organizado para atividades internas, permitindo um ambiente de permanência regular para os usuários atendidos.
- **Pontos Fracos:** Em alguns municípios o serviço ainda não possui articulação com a rede socioassistencial, especialmente com o CRAS e com a equipe responsável pela PSE, o que compromete a construção de fluxos de referência e contrarreferência. Não há elaboração de PAF nem utilização de instrumentais próprios do acompanhamento socioassistencial, o que impede o monitoramento das necessidades específicas dos usuários e de suas famílias. O atendimento ocorre de forma pontual, sem planejamento sistemático, sem conexão com a proteção básica e especial e sem integração com políticas de saúde, educação ou cuidado. O serviço também não contempla o público idoso, restringindo-se apenas às PcD, o que representa uma lacuna frente ao escopo previsto para essa modalidade.

A análise evidencia que o PSE/PCDIF na regional de Ouro Preto apresenta um funcionamento ainda incipiente em grande parte dos municípios, carecendo de fortalecimento institucional e técnico. O avanço na efetividade do serviço depende da implementação de um planejamento estruturado, da definição clara de papéis na equipe e do aprimoramento da articulação intersetorial e intra rede. A consolidação desses elementos é fundamental para que o serviço alcance seu propósito de garantir proteção integral, autonomia e dignidade às pessoas com deficiência e idosas acompanhadas pela rede socioassistencial.

4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de Ouro Preto, essa modalidade oferece serviços de acolhimento institucional, voltados a crianças e adolescentes, não havendo unidade a públicos específicos como idosos, mulheres em situação de violência, adultos e famílias. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favoreça a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de Ouro Preto, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da política de assistência social nesse nível de proteção.

4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de Ouro Preto considerou, de forma agregada, os serviços voltados a crianças e adolescentes. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial de Alta Complexidade na regional, que pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários. Os dados obtidos apontaram que todas as unidades de acolhimento avaliadas apresentaram um quadro de regularidade.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Algumas unidades funcionam diariamente e apresentam estrutura física organizada, com ambientes climatizados e ventilados,

cozinhas equipadas, lavanderias funcionais, salas de jantar e áreas externas adequadas para convivência. Os quartos seguem parâmetros técnicos, com boa ventilação, limpeza e quantidade adequada de camas por ambiente, além de espaços para guarda de pertences pessoais. Há presença de banheiros nos quartos, e em algumas unidades estes possuem acessibilidade total, o que favorece a autonomia e segurança dos acolhidos. A existência de sala de atendimento técnico em uma das unidades melhora a privacidade e acolhimento durante atendimentos especializados. A presença de dispensa ou espaço de armazenamento em ao menos uma unidade é um aspecto positivo para a organização de insumos.

- **Pontos Fracos:** Algumas unidades não dispõem de sala específica para atendimento, utilizando a sala da coordenação como espaço improvisado, o que limita sigilo, privacidade e organização do fluxo. Em certos ambientes, os banheiros possuem apenas acessibilidade parcial, o que reduz a universalidade do acesso. Há ausência de biblioteca e de espaços equipados com materiais pedagógicos, culturais e esportivos, prejudicando o desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas com os acolhidos. O veículo é compartilhado com outro equipamento, o que pode gerar limitações logísticas para demandas internas de acolhimento. A falta de dispensa em pelo menos uma unidade dificulta a organização de estoque, afetando a gestão interna dos suprimentos.

As unidades de alta complexidade apresentam condições gerais adequadas, com estruturas físicas organizadas, funcionais e alinhadas à tipificação em vários aspectos, especialmente no que se refere a quartos, áreas comuns e ambientes de convivência. Entretanto, ainda existem fragilidades relacionadas à acessibilidade integral, ausência de espaços específicos para atendimento técnico e carência de ambientes pedagógicos estruturados, o que impacta a qualidade das atividades socioeducativas e do atendimento especializado.

De modo geral, os resultados indicam boas condições físicas das unidades de acolhimento, entretanto reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na acessibilidade e melhoria dos espaços físicos para assegurar condições adequadas de acolhimento e atendimento humanizado aos diferentes públicos atendidos pela rede.

4.2 Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de Ouro Preto, o monitoramento revelou um quadro de irregularidade, uma vez que 75% das unidade foram avaliadas como irregulares, e 25% como superiores, como representado abaixo:

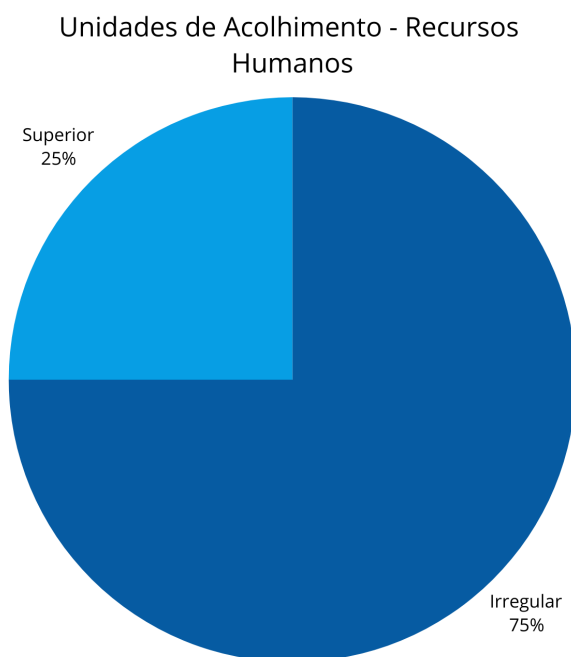


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em algumas unidades, observa-se a presença de equipes que, mesmo reduzidas, conseguem manter o funcionamento básico do serviço. Há casos em que a coordenação e parte da equipe técnica estão estruturadas com profissionais de nível superior, como psicologia e pedagogia, permitindo algum grau de acompanhamento psicossocial e educativo. A presença de cuidadores e educadores que conseguem atender a demanda atual também indica organização mínima para o cotidiano, sobretudo em unidades com menor número de usuários. Esses elementos evidenciam esforços locais para garantir a continuidade do atendimento, mesmo com limitações estruturais.
- **Pontos Fracos:** Há unidades que a composição da equipe não atende aos parâmetros da NOB-RH, especialmente no que diz respeito à ausência de profissionais essenciais da equipe de referência, como assistente social e psicólogo dedicados ao serviço. Também se verificam ausências de coordenação de nível superior e de educador social, comprometendo a oferta qualificada das ações socioeducativas e de acompanhamento familiar. Além disso, o quantitativo reduzido de cuidadores para um número significativo de usuários — incluindo casos com demandas específicas — revela fragilidade na capacidade de promover atenção contínua, segura e individualizada. Esse cenário impacta diretamente a efetividade do acolhimento e a proteção integral dos usuários.

O conjunto dos dados evidencia um quadro heterogêneo: enquanto algumas equipes demonstram organização mínima e relativa estabilidade, outras apresentam lacunas significativas na estrutura de recursos humanos. A insuficiência de equipe técnica, aliada à sobrecarga dos cuidadores, compromete a qualidade do atendimento e limita a capacidade de planejamento, acompanhamento e execução de ações socioassistenciais fundamentais. A região, como um todo, demonstra esforço para manter o funcionamento, mas ainda enfrenta fragilidades importantes que afetam a proteção integral e o desenvolvimento das ações típicas da alta complexidade.

4.3 Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de Ouro Preto, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Do total das unidades monitoradas foram classificadas: 75% suficiente e 25% regular, evidenciando avanços importantes na consolidação da oferta, mesmo diante de limitações operacionais. Os resultados indicam o comprometimento das equipes na manutenção dos serviços, ainda que persistam pontos que requerem atenção e aprimoramento para assegurar o atendimento humanizado e o cumprimento integral dos objetivos da alta complexidade. O gráfico abaixo ilustra esses dados:

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

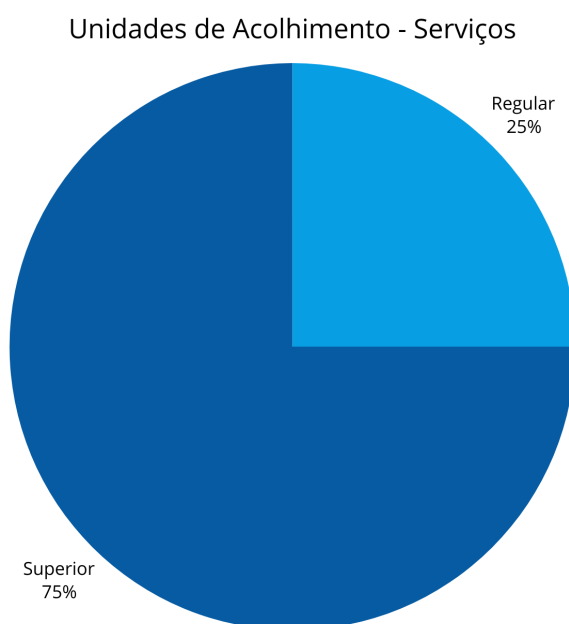


Gráfico 4

Abaixo a análise dos pontos de força e fragilidade do serviço de acolhimento institucional.

4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

- **Pontos Fortes:** Os dados mostram que, em algumas unidades, o serviço funciona com organização satisfatória, com rotinas estabelecidas e acompanhamento contínuo dos acolhidos. Unidades com demanda abaixo da capacidade conseguem manter condições mais adequadas de atendimento, propiciando ambiente mais tranquilo e melhor manejo dos casos. Em determinados contextos, o acesso a atividades de convivência e o funcionamento cotidiano estruturado demonstram compromisso da equipe com a proteção dos acolhidos. A atuação da equipe técnica vinculada ao órgão gestor também contribui para a supervisão do serviço e execução das rotinas necessárias à manutenção do acolhimento.
- **Pontos Fracos:** Observam-se fragilidades estruturais e procedimentais que comprometem a execução do serviço. Em algumas unidades, falta inscrição no Conselho de Direitos, o que indica ausência de formalização essencial para o funcionamento regular. Lacunas no acompanhamento familiar — como ausência de reuniões, dificuldades na manutenção de vínculos e falta de prestação de contas em casos de recebimento de benefícios — prejudicam o trabalho de reintegração e o planejamento das ações. A ausência de atividades voltadas à autonomia, à qualificação profissional e ao desenvolvimento dos acolhidos limita a efetividade do serviço enquanto espaço protetivo e preparatório para o pós-acolhimento.

A restrição de acesso a equipamentos de mídia e a ausência de espaços como biblioteca e brinquedoteca evidenciam déficit de oportunidades educativas e de convivência. Essas fragilidades revelam desafios tanto na dimensão técnica quanto na operacionalização diária do acolhimento.

Pontos de Atenção:

- Atenção ao princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e à provisoriedade da medida protetiva, garantindo o retorno ao convívio familiar sempre que possível.
- Ampliar a atuação da equipe técnica, indo além da produção de relatórios e do cumprimento de exigências administrativas, fortalecendo o planejamento, o acompanhamento do serviço e a atuação conjunta com os cuidadores.

- Reforçar o papel socioafetivo do cuidador, evitando a confusão de funções com os auxiliares e valorizando o trabalho voltado ao cuidado humanizado e à convivência cotidiana.
- Fortalecer a educação permanente nos serviços de acolhimento é um ponto estratégico para o desenvolvimento da rede.

A análise regionalizada aponta que, embora algumas unidades apresentem organização funcional e condições razoáveis de cuidado, persistem fragilidades significativas na execução do acolhimento institucional. Problemas relacionados à formalização do serviço, ao acompanhamento familiar, à promoção da autonomia e à provisão de itens essenciais demonstram lacunas na consolidação da proteção integral prevista para a alta complexidade. A insuficiência de materiais e de práticas socioeducativas compromete o desenvolvimento dos acolhidos e limita o potencial transformador do serviço. Em conjunto, os dados revelam que a região ainda enfrenta desafios estruturais e operacionais que precisam ser superados para assegurar acolhimento qualificado, continuado e alinhado às normativas do SUAS.

4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

De modo geral, o monitoramento aponta que, embora as condições estruturais e de pessoal ainda representem desafios significativos, o conjunto dos serviços de acolhimento da regional de Ouro Preto tem demonstrado capacidade de resposta e compromisso com os princípios da proteção social especial, devendo agora concentrar esforços no fortalecimento das equipes, na integração intersetorial e na qualificação das práticas socioassistenciais.

5. Considerações finais.

O Monitoramento da Regional de Ouro Preto evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.